



# Anais da Assembléia

N. 127

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 04 DE NOVEMBRO DE 1987

ANO XIII

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 108.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 04 DE NOVEMBRO DE 1987.  
QUARTA-FEIRA.

Presidência do Sr. Deputado Ferrari Júnior, secretariada pelos Senhores Deputados Nilton Barbosa e Lindolfo Júnior.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artação Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem)- Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem )-Eu requeiro a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- A Mesa defere e solicita ao Senhor 1.<sup>o</sup> Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida à chamada nominal dos Senhores Deputados).

Vinte e seis Senhores Deputados responderam à chamada nominal.

A Presidência irá proceder à verificação de votação, atendendo pedido do Senhor Deputado Pedro Tonelli.

(É procedida à verificação de votação)

Vinte e cinco Senhores Deputados aprovam; nenhum Senhor Deputado rejeita. Aprovada a Ata.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Mensagens:

#### MENSAGEM N.<sup>o</sup> 85/87

Curitiba, 15 de setembro de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar à Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de Lei Complementar, objetivando alterar os dispositivos da Lei Complementar n.<sup>o</sup> 26, de 30 de dezembro de 1985, que dispõe sobre o Estatuto da Procuradoria Geral do Estado.

O Plano de Lei, ora submetido à apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, consulta plenamente aos superiores interesses do Estado, eis que, se aprovado e transformado em lei, virá dotar a Procuradoria Geral do Estado das condições necessárias ao pleno desenvolvimento de suas atribuições constitucionais, conferindo-lhe, para isso, adequada estrutura orgânica, com quadro funcional a ela compatível, assim como definido de maneira precisa, a distribuição de competência.

O Senhor Procurador Geral do Estado, em expediente a mim dirigido, cujos termos ratifico, pondera que:

"Estou passando às mãos de Vossa Excelência minuta de anteprojeto de Lei Complementar, visando à alteração da Lei de n.<sup>o</sup> 26, de 30 de dezembro de 1985, que dispõe sobre o estatuto da Procuradoria Geral do Estado.

Conforme exposto anteriormente a Vossa Excelência, fazem-se necessárias alterações à Lei vigente, corrigindo algumas distorções e adaptando-a à Reforma Administrativa encetada pelo governo, e ini-

ciada com a Lei nº 8.485, do último dia 3 de junho.

Para se chegar à minuta que hora levo à consideração de Vossa Excelência, foram ouvidos os órgãos interessados desta Procuradoria Geral do Estado, bem como os Senhores Procuradores, e, ainda, a Comissão especialmente designada por Vossa Excelência e pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.

Assim, são propostas as seguintes alterações:

a. Ao artigo 1º, acrescenta-se o inciso IV, que, atendendo ao programa de ação determinado por Vossa Excelência, impõe a regionalização da atuação da Procuradoria Geral do Estado, a ser instrumentalizada posteriormente através de Decreto.

b. A estrutura organizacional básica da Procuradoria Geral do Estado, hoje desnecessariamente prevista no artigo 2º da LC nº 26/85, deverá ser aprovada por Decreto de Vossa Excelência, nos termos da Lei nº 8.485/87, como se vê do artigo 3º da presente minuta.

c. Ao artigo 2º, propõe-se dar a redação constante da minuta, atribuindo a Administração da Procuradoria Geral do Estado, em nível de direção superior, ao Procurador Geral do Estado e ao Conselho Superior da PGE. Como se vê, extingue-se o cargo de Corregedor que, conquanto ultimamente tenha sido exercido por dedicado e competente Procurador, revela-se, agora, desnecessário tendo em vista que as suas atribuições podem ser diluídas nas do Procurador Geral e nas de uma Coordenadoria Regional, a ser criada por Decreto, incumbida da Coordenação e orientação das atividades desenvolvidas pelas Procuradorias Regionais e da Assistência Jurídica extrajudicial aos Municípios do Estado.

d. O artigo 3º passaria a vigorar com a redação proposta, abarcando o que hoje vem disposto no artigo 4º e seu parágrafo único, contendo, entretanto, a regra permissiva de substituição eventual do Procurador Geral por integrante da carreira de Procurador, de qualquer das classes, designado pelo Titular do órgão.

e. Ao artigo 4º, dá-se redação definidora do Conselho Superior, adotando-se a linha básica da proposta governamental de Vossa Excelência, qual seja a democratização do Poder.

Assim, ao invés do que ocorre hoje quando os membros do Conselho são indicados pelo Procurador Geral e nomeados pelo Governador, procura-se instituir um sistema misto, compondo o conselho com nove membros, dos quais quatro devem ser eleitos como representantes de cada uma das quatro classes mais elevadas da carreira de Procurador. Mantém-se o tempo do Mandato dos conselheiros, eleitos e nomeados,

em dois anos, não permitidas a reeleição e a recondução.

f. O Artigo 5º, definidor das atribuições do Procurador Geral, ao mesmo tempo em que fica melhor organizado, sofre alterações com relação à aplicação de penas disciplinares aos servidores, assim como adapta-se no que diz respeito às listas dos eleitos e dos indicados para o Conselho Superior.

Acrescenta-se, ainda, como se vê no inciso XXIV da minuta, a atribuição de autorizar despesas, empenhos, ordens de pagamento, notas de estorno e boletins de crédito.

g. Em razão de técnica legislativa, propõe-se a revogação do artigo 6º, cuja matéria foi anteriormente tratada.

h. O atual artigo 7º, que cuida da competência do conselho Superior, sofre algumas modificações, a saber: h.1. A transformação do Conselho em órgão recursal com relação às decisões de comissões disciplinares e às decisões do Procurador Geral; h.2. Em razão da extinção do cargo de Corregedor, a revogação do atual inciso VII; h. 3. A expressa menção de uma das mais importantes atribuições do Conselho Superior, qual seja a deliberação sobre propostas de acordo oferecidas ao Estado, mas restringidas estas a ações Judiciais em que o Estado seja parte interessada; h.4. O estabelecimento, ainda, de "quorum" para funcionamento e para deliberação do Conselho, e de regras para seu funcionamento.

i. Propõe-se manter o mesmo perfil da carreira de Procurador do Estado, mas procura-se ordená-la de forma racional em pirâmide, aumentando para 45 (quarenta e cinco) o número de cargos de Procurador Classe V. O aumento de 30 (trinta) cargos se deve à necessidade urgente da instalação de Procuradorias Regionais, para atendimento aos interesses do Estado nas Comarcas do Interior. Como é do conhecimento de Vossa Excelência, atualmente esses interesses são precariamente atendidos por Advogados irregularmente credenciados, sem concurso e sem rígido controle. Com a alteração proposta, se possibilitará a regularização desses serviços.

j. Acrescenta-se ao atual artigo 43 um parágrafo único contendo regra já integrante do Estatuto dos Funcionários Civis do Estado.

m. Ao artigo 48, cuja redação atual é equívoca, dá-se nova redação.

n. Da mesma forma, corrige-se a redação do atual artigo 61.

o. Ao propor-se a alteração do artigo 72, complementam-se as alterações anteriormente mencionadas, no que diz respeito à competência para aplicação de penas disciplinares: ao Governador do Estado, pri-

vativamente, a aplicação das penas de demissão e de cassação da aposentadoria ou da disponibilidade; ao Procurador Geral, as demais sanções.

p. As alterações propostas aos artigos 74 79, 83 e 87 a 89, visam a corrigir distorções no procedimento da sindicância e do processo administrativo, dando-lhe exequibilidade.

q. Propõe-se, em razão dessas alterações, a revogação dos artigos 6º, 8º a 27 da LC nº 26, ao tempo em que se propõe que a estrutura organizacional básica da procuradoria Geral do Estado venha a ser aprovada por Decreto de Vossa Excelência, nos termos da Lei 8.485/87.

São essas, Senhor Governador, as alterações que venho submeter à apreciação de Vossa Excelência. Caso sejam aprovadas a nível da Governadoria, solicito se digne Vossa Excelência enviar à Colenda Assembleia Legislativa a respectiva mensagem".

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado.

#### ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º - Os artigos da Lei Complementar nº 26, de 30 de dezembro de 1985, abaixo relacionados passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - À Procuradoria Geral do Estado, no exercício das atribuições constitucionais que lhe são inerentes, compete:

I - a representação judicial e extrajudicial do Estado do Paraná;

II - o exercício das funções de consultoria jurídica da administração direta e indireta do Poder Executivo e dos Municípios;

III - a cobrança judicial da dívida ativa do Estado;

IV - a regionalização de sua ação setorial a nível intra e interregional, bem como a criação de mecanismos de controle destas ações e a implantação de um sistema setorial de informações.

§ 1º - As atividades jurídicas da administração pública estadual serão organizadas em sistema, sob a coordenação da Procuradoria Geral do Estado.

§ 2º - Os órgãos do Estado que emitirem parecer divergente do proferido pela Procuradoria Geral do Estado providenciarão o necessário reexame da matéria por esta Procuradoria, com a indicação das causas e divergências.

Art. 2º - A Procuradoria Geral do Esta-

do será administrado, em nível de direção superior, pelo Procurador Geral do Estado e pelo Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado.

Art. 3º - O Procurador Geral do Estado será nomeado em comissão pelo Governador do Estado, dentre brasileiros inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, de notável saber jurídico e reputação ilibada; e será substituído, em seus impedimentos e ausências, por integrante da carreira de Procurador, por ele designado.

Art. 4º - O Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado será composto por 9 (nove) membros, a saber:

I - o Procurador Geral do Estado, como Presidente;

II - 1 (um) representante de cada uma das 4 (quatro) classes mais elevadas da carreira de Procurador, eleito dentre os integrantes de cada uma das referidas classes;

III - 4 (quatro) membros indicados pelo Procurador Geral do Estado, sendo 2 (dois) integrantes de cada uma das duas classes mais elevadas da carreira de Procurador.

§ 1º - Os membros do Conselho Superior, mencionados nos incisos II e III, terão mandato de 2 (dois) anos, não permitidas a reeleição e a recondução para o período subsequente, e serão nomeados, bem como seus suplentes, pelo Governador do Estado.

§ 2º - Os membros do Conselho Superior, mencionados no inciso II, serão escolhidos pelos integrantes das respectivas classes em eleições regulamentadas e presididas pelo Procurador Geral do Estado, considerando-se suplentes os segundos mais votados em cada classe.

§ 3º - Perderá o mandato o conselheiro que, devidamente cientificado, faltar a 3 (três) sessões consecutivas ou 5 (cinco) alternadas, sem justificativa aceita pelo Conselho.

§ 4º - Não se aplica aos suplentes a vedação do § 1º, salvo se houver substituído o titular, em caráter permanente, por prazo superior a 12 (doze) meses.

Art. 5º - Ao Procurador Geral do Estado, além do disposto no inciso VI, do artigo 44, da Lei nº 8.485, de 3 de junho de 1987, compete:

I - defender o Estado do Paraná em qualquer juízo ou grau, nas causas em que o mesmo for réu, assistente, oponente ou de qualquer forma interessado;

II - receber citações, intimações e notificações nas ações propostas contra o

Estado do Paraná;

III - desistir, transigir, fazer acordo, firmar compromisso, confessar, receber e dar quitação, mediante prévia autorização do Governador do Estado.

IV - delegar poderes aos integrantes da carreira de Procurador e, excepcionalmente, mediante autorização do Governador do Estado, a advogados regularmente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, para a defesa dos interesses do Estado;

V - contratar, quando for o caso, serviços eventuais de profissionais de notória especialização, inclusive para elaboração de estudos ou pareceres relacionados com a matéria em discussão, mediante autorização do Governador do Estado;

VI - designar os titulares das unidades integrantes da estrutura organizacional da Procuradoria Geral do Estado;

VII - avocar a defesa dos interesses do Estado em qualquer ação e processo judicial ou administrativo, inclusive da administração pública indireta, bem como atribuí-la a Procurador designado;

VIII - indicar nomes integrantes da carreira de Procurador para presidirem ou integrarem comissões de processos administrativos e sindicâncias de interesse da administração pública;

IX - propor ao Governador do Estado a declaração de nulidade ou revogação de atos da administração pública direta e indireta;

X - encaminhar ao Procurador Geral da República e ao Procurador Geral de Justiça do Estado proposta de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos;

XI - instaurar sindicâncias e processos administrativos, objetivando apurar irregularidades nos serviços da Procuradoria Geral do Estado, bem como aplicar penas disciplinares aos servidores, salvo a demissão;

XII - encaminhar ao Governador do Estado, para nomeação, as listas dos eleitos e dos indicados, e seus respectivos suplentes, para o Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado;

XIII - dar posse aos Procuradores chefes, aos integrantes da carreira de Procurador, aos nomeados para cargos em comissão, por ele indicados, e aos demais servidores da Procuradoria Geral do Estado;

XIV - conceder férias, licenças e salário-família aos integrantes da carreira de Procurador;

XV - aprovar pareceres emitidos por integrantes da carreira de Procurador, submetendo-os à apreciação do Governador do Estado, para efeito de homologação, quando normativos;

XVI - encaminhar ao Governador do Es-

tado as listas de classificação nos concursos de ingresso na carreira de Procurador do Estado e as de promoção;

XVII - manifestar-se sobre o afastamento de integrantes da carreira de Procurador e de servidores, salvo nos casos de nomeação para cargos em comissão;

XVIII - organizar escalas de substituições nos órgãos da Procuradoria Geral do Estado;

XIX - requisitar, com prioridade, dos órgãos da administração pública direta e indireta, documentos, diligências e esclarecimentos necessários à defesa dos interesses do Estado;

XX - promover a abertura de concursos para provimento de cargos da carreira de Procurador do Estado e dos servidores da Procuradoria;

XXI - propor medidas necessárias à uniformização da jurisprudência administrativa e à organização das respectivas súmulas, fazendo publicar anualmente ementário de pareceres;

XXII - indicar representante da Procuradoria Geral do Estado para integrar comissões, órgãos de deliberação coletiva e realizar trabalhos especializados fora da Procuradoria;

XXIII - conceder autorização aos integrantes da carreira de Procurador e servidores da Procuradoria Geral do Estado para se ausentarem do Estado, a serviço, dentro do território nacional, por até 60 (sessenta) dias;

XXIV - autorizar despesas, autorizar e assinar empenhos, ordens de pagamento e respectivas notas de estorno e assinar boletins de crédito;

XXV - desempenhar outras tarefas compatíveis com a posição e as determinadas pelo Governador do Estado.

Art. 7º - Ao Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado compete:

I - apreciar, em grau de recurso, as decisões das comissões de sindicância e das incumbidas de processo administrativo, bem como as decisões do Procurador Geral, nas sanções de sua competência;

II - organizar, realizar e julgar os concursos para ingresso na carreira de Procurador, bem como selecionar candidatos à remoção e à promoção;

III - organizar quadros de antigüidade e listas de merecimento para promoção e remoção na carreira de Procurador, fazendo as respectivas indicações;

IV - elaborar a lista triplíce para fins de promoção por merecimento, observada a legislação em vigor;

V - processar e julgar reclamações sobre classificação ou exclusão das listas de concurso para ingresso, remoção ou pro-

moção na carreira de Procurador;

VI - proceder, em caráter permanente, ao controle da aferição de merecimento dos integrantes da carreira de Procurador do Estado, para efeito de promoção, remoção e outros direitos, assim como dos requisitos do estágio probatório;

VII - opinar sobre pedidos de permuta, readmissão, reintegração, reversão e aproveitamento na carreira de Procurador;

VIII - conhecer das suspeições e dos impedimentos de integrantes da carreira de Procurador, quando o Procurador Geral solicitar;

IX - deliberar sobre propostas de acordo oferecidas pela parte contrária nas ações em que o Estado seja parte interessada;

X - deliberar sobre quaisquer assuntos da competência da Procuradoria Geral do Estado, que lhe sejam submetidos pelo titular do órgão.

§ 1º - As deliberações do Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado serão tomadas por maioria simples, mas com a presença de no mínimo dois terços (2/3) de seus membros.

§ 2º - Na ausência do Procurador Geral do Estado, assumirá a presidência da sessão o conselheiro mais antigo na carreira.

§ 3º - Na ausência e impedimentos de qualquer dos membros do Conselho Superior, o Procurador Geral do Estado convocará o respectivo suplente.

Art. 28. Os cargos de Procurador do Estado serão organizados em carreira, em quadro especial, com a seguinte estrutura:

I - 15 (quinze) cargos de Procurador Classe I;

II - 25 (vinte e cinco) cargos de Procurador Classe II;

III - 35 (trinta e cinco) cargos de Procurador Classe III;

IV - 40 (quarenta) cargos de Procurador Classe IV;

V - 45 (quarenta e cinco) cargos de Procurador Classe V.

Parágrafo Único. A quantidade de cargos que compõem a estrutura da carreira de Procurador do Estado será alterada através de Lei Ordinária.

Art. 29 - São atribuições privativas dos ocupantes dos cargos da carreira de Procurador Geral:

I - promover a defesa dos interesses do Estado em qualquer juízo ou tribunal, em qualquer grau de jurisdição, ressalvadas as hipóteses do artigo 5º, incisos IV e V, deste Estatuto;

II - participar de conselhos a nível

de direção superior da Procuradoria Geral do Estado;

III - compor comissões de sindicância e de processo administrativo para apuração de responsabilidade de integrantes da carreira de Procurador;

IV - exercer funções de Chefe de Procuradorias, de Coordenadorias, de Procuradorias Regionais e das demais unidades que forem criadas, cujas atribuições se caracterizem como de natureza técnico-jurídica.

Art. 43 - As promoções na carreira de Procurador do Estado serão feitas de classe a classe pelos critérios de merecimento e antigüidade, alternadamente, após a ocorrência de vagas.

Parágrafo Único - O Procurador submetido a processo disciplinar poderá ser promovido, mas a promoção, se pelo critério de merecimento, ficará sem efeito no caso de o processo resultar em penalidade.

Art. 48 - Elaborada a relação de classificados, nos termos dos artigos 46 e 47, o Procurador Geral fará publicar a lista tríplice para promoção, da qual caberá reclamação, no prazo de 3 (três) dias.

Parágrafo Único - Recebida a reclamação, na primeira reunião, o Presidente designará relator para, na seguinte, o Conselho Superior, com prioridade na pauta, decidir sobre o pedido.

Art. 61 - Nas hipóteses previstas no artigo anterior, o Procurador do Estado comunicará ao Procurador Geral, em expediente reservado, os motivos da suspeição.

Art. 72 - São competentes para aplicar as penas:

I - o Governador do Estado, nos casos dos itens V e VI do art. 65 desta Lei Complementar;

II - o Procurador Geral, nos demais casos.

Art. 73 - A sindicância será instaurada pelo Procurador Geral do Estado para apuração de faltas de integrantes da carreira de Procurador do Estado, nos seguintes casos:

I - como preliminar de processos administrativos;

II - para apuração de falta funcional punível com as penas de advertência, censura ou multa.

Art. 74 - A sindicância será promovida por uma comissão de 3 (três) Procuradores, designados pelo Procurador Geral, a qual deverá ouvir as pessoas que tenham conhecimento ou que possam prestar esclarecimento a respeito do fato que estiver sendo apurado, bem como proceder a todas as diligências que julgar convenientes à sua

elucidação.

Art. 79 - O processo administrativo, será promovido por uma comissão, designada pelo Procurador Geral, composta por 3 (três) Procuradores.

Art. 83 - Concluído o interrogatório, ou após a data marcada para a sua realização, no caso de revelia, o indiciado poderá oferecer defesa, no prazo de 10 (dez) dias, sendo-lhe facultada vista do processo durante todo esse prazo, na dependência onde funcione a comissão.

Parágrafo Único - O indiciado poderá, com a defesa, apresentar documentos e arrolar até 8 (oito) testemunhas.

Art. 87 - Ultimada a defesa, a comissão elaborará relatório conclusivo, aduzindo toda a matéria do fato e indicando as disposições legais que entender transgredidas, recomendando a pena aplicável, se for o caso, e remetendo o processo, em seguida, ao Procurador Geral, para julgamento.

Art. 88 - Recebido o processo, o Procurador Geral proferirá o seu julgamento no prazo de 20 (vinte) dias, se a pena aplicável se enquadrar entre aquelas de sua competência, remeterá o processo ao Governador do Estado, para julgamento.

Art. 89 - O processo disciplinar será confidencial. Nas publicações, quando necessário, far-se-á referência exclusivamente ao número do processo, sem menção ao fato de tratar-se de processo disciplinar.

Parágrafo Único - Tratando-se de citação por edital, far-se-á menção ao fato e ao indiciado, bem como ao número do processo."

Art. 2º - Ficam revogados os artigos 6º, 8º ao 27 da Lei Complementar nº 26, de 30 de dezembro de 1985.

Art. 3º - A estrutura organizacional da Procuradoria Geral do Estado será aprovada por Decreto do Governador do Estado, conforme o disposto na Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N. 103/87

Curitiba, 22 de outubro de 1987.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do primeiro termo aditivo ao Convênio celebrado em 09 de maio de 1986, entre a União, através do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, o Estado do Paraná e o Município de Curitiba, no qual figuram como intervenientes a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos - EBTU, a Secretaria de Estado do Planejamento, a Coordenação

da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC e o Instituto de Planejamento de Curitiba - IPPUC, objetivando a execução e implementação de projetos, obras e serviços na pavimentação de vias utilizadas pelos transportes públicos em áreas onde reside população de baixa renda, utilizando soluções de pequeno custo, na Região Metropolitana de Curitiba.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, REQUEIRO (art. 159 § 2º) do Regimento Interno, após ouvido o Plenário, votação nominal para todos os projetos constantes da Ordem do Dia de hoje 04 de novembro de 1987.

Sala das Sessões, em 04.11.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos Trabalhos desta sessão voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Lourenço Giacomini, com a idade de 84 anos; fato ocorrido hoje no Município de Dois Vizinhos-PR.

REQUER, ainda, seja dada ciência à família enlutada, no seguinte endereço: Rua Bento Munhoz da Rocha, s/n, Dois Vizinhos-PR.

Sala das Sessões, em 04.11.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, no uso de suas atribuições, REQUER que, após ouvido o Egrégio Plenário, seja inserido, na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Renê Gomes Nápoli, ocorrido no dia 03 do fluente, nesta Capital.

O extinto tinha 63 anos e era acionista fundador da Ibema Indústria Brasileira de Madeira S/A - Grupo Ibema, de Ponta

Grossa.

Deixa viúva a Senhora Alayde Dias Nápoli, com quem teve 4 filhos: Vera Maria - casada com Orley Ziegmman, Eliana Mara - casada com Fernando Hamamoto, Viegmann René - casado com Mariza e Márcio Antônio - casado com Eliane.

Pessoa de relevante bondade, o falecido deixa uma grande lacuna entre seus familiares e amigos.

REQUEIRO que cópia deste expediente seja encaminhada à família enlutada.

Sala das Sessões, em 04.11.87.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, data vênua à Douta Mesa, após ouvir o Magnânimo Plenário, sejam inseridos nos Anais da histórica sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento abrupto do empresário René Gomes Nápoli, nesta Capital.

Uma vez aprovado, que se dê ciência ao companheiro Dr. Orlei Ziergmman, no Escritório Regional do ITCF em Pitanga, extensivo a todos os familiares.

Sala das Sessões, 04.11.87.

(a) ÁRTAGÃO MATTOS LEÃO

#### JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

É com pesar que trazemos à apreciação do ínclito Plenário, votos pesarosos pelo falecimento do amigo René Gomes Nápoli.

O Paraná perde um grande sindicalista, repetido e honrado por diversos segmentos sociais, íntegro e austero, em sua vida pautou pela conciliação, pelo acordo e pelo diálogo.

Foi Presidente da Federação do Comércio do Estado do Paraná e também do Conselho Regional do SESC. Atualmente era um dos vice da Federação das Indústrias do Estado do Paraná e Presidente do Sindicato do Comércio Atacadista de Madeiras do Paraná.

Homem sexagenário, conservou em todos os momentos a lucidez dos sábios; com inteligência e versatilidade, direcionou com sublime maestria a economia madeireira de nosso Estado e por que não dizer, do Sul do País.

Modesto e simples nos gestos e atitudes, sempre aparentava certa igenuidade, que logo desaparecia quando fazia colocações conciliatórias ou tomava posições definidas e fundamentadas, trilhando a alameda da isonomia. Tímido e sereno, mas ousado na defesa do bem comum, quando a ordem e os humildes eram ameaçados.

O Paraná perde um grande Homem, um grande Trabalhador e um grande Líder. Esta

lacuna que se apresenta com o desaparecimento de René Gomes Nápoli dificilmente será preenchida, uma vez que a plêiade de homens públicos deste quilate se resume dia a dia, e o que vemos surgir, lamentavelmente, com poucas exceções, são homens presunçosos, avaros e amantes de si mesmos, esquecendo o bem comum e usando o povo para preencher o vazio de suas ambições pessoais.

Queira Deus tomar a alma do amigo René Gomes Nápoli em seu seio para descanso, o acalento à família inconformada e inconsolada e prover homens deste porte para o Paraná e para o Brasil. É A JUSTIFICATIVA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a formulação de votos de congratulações ao coral do Colégio Estadual do Paraná pela passagem do 30º aniversário de sua fundação.

Fundado em 1957 pelo Maestro Mario Garau, o Coral do tradicional Estabelecimento de Ensino atravessou estas três últimas décadas numa incessante busca de identificação entre suas obras e apresentações e as verdadeiras raízes paranaenses, num brado pela valorização da cultura na expressão musical.

REQUER, ainda, que da decisão da casa dê-se ciência à atual Maestrina do referido grupo, Prof.<sup>a</sup> Helse Maria Marques Pacheco de Carvalho, à sua assistente, Senhora Liane Cristina Guarinte e aos Coralistas do Colégio Estadual do Paraná, à Av. João Gualberto, 250, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 04.11.87.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de votos de congratulações ao Magnífico Reitor da Universidade Estadual de Londrina, Professor Jorge Bounassar Filho, pela liberdade ideológica manifestada ao contratar o professor Márcio José de Almeida, aprovado em Concurso Público realizado recentemente pela UEL.

Sala das Sessões, em 04.11.87.

(a) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

Márcio José de Almeida foi um deputado que, durante anos, honrou esta Casa com sua postura íntegra, jamais capitulando em sua luta por justiça social. Em sua vida profissional, como médico, Márcio Almeida pautou-se pelos mesmos ideais que forjaram sua carreira política. Mas, a par de todo seu trabalho a sua competência, Márcio Al-



meida carrega uma qualificação intolerável para os representantes das forças antide-mocráticas que durante tantos anos estiveram de plantão em nosso país: Márcio é comunista!

A condição de comunista impediu que no passado, Márcio fosse contratado como professor da Universidade Estadual de Londrina, mesmo tendo sido aprovado em três concursos públicos para esse fim - em um deles, em primeiro lugar; em outro, com média 9,65 (nove vírgula sessenta e cinco). Nessa época, ditavam as normas da UEL dois reitores nomeados pelo regime militar: Oscar Alves e José Pinotti.

Mas Márcio não descansou e não transigiu. Sentindo os ventos da mudança, Márcio Almeida submeteu-se a novo concurso público, este ano. Mais uma vez, conseguiu a aprovação e, novamente, em primeiro lugar. E, desta vez, à frente da Universidade Estadual de Londrina e encontra-se não mais um acólito da ditadura, mas um reitor eleito por toda comunidade universitária, professor Jorge Bounassar Filho.

Respeitando o resultado do concurso, o reitor contratou o novo professor. Apesar de ser comunista!

Democracia é a convivência de opostos, é a prática da pluralidade de idéias. Ao assumir a contratação do professor Márcio Almeida, o reitor Jorge Bounassar Filho reconheceu estes princípios e demonstrou que a liberdade ideológica impera naquela academia. Diante deste fato, ainda raro em nossa terra, cabe-nos, no mínimo, congratularmo-nos com o magnífico reitor.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de mensagem congratulatória à Associação das Igrejas de Cristianismo Decidido pelo trabalho que está realizando junto às comunidades indígenas paranaenses Guarani e Caingang.

REQUER, outrossim, que seja dada ciência da decisão da Casa, ao Pastor da referida Igreja.

Sala das Sessões, em 04.11.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### JUSTIFICATIVA:

No último dia primeiro de novembro, a referida Igreja, em culto solene, entregou ao povo Guarani, em seu idioma, o Novo Testamento, com o mesmo tendo sido feito, há 10 anos, com a comunidade Caingang. Paralelamente, os missionários realizam ainda projetos agrícolas, de assistência social e alfabetização. Para tanto, a Igreja conta com professores bilingües e 17 monitores eleitos pelas próprias comunidades indígenas.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de mensagem congratulatória ao Secretário da Cultura, Doutor René Ariel Dotti e ao editor jornalista Wilson Bueno pela última edição do periódico Nicolau, isento de matérias que venham em desabono aos princípios da maioria dos paranaenses, constituindo-se, dessa forma, num autêntico espaço cultural.

REQUER, outrossim, que da decisão desta Casa se dê ciência ao Secretário da Cultura, ao editor do referido jornal e ao Excelentíssimo Senhor Governador Álvaro Dias.

Sala das Sessões, em 04.11.87.

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, Dr. Delcino Tavares da Silva, a seguinte solicitação:

- A inclusão do Município de Cidade Gaúcha no Programa de Clínicas Odontológicas Simplificadas desenvolvido pela Secretaria de Saúde.

Sala das Sessões, em 04.11.87.

(a) NILTON BARBOSA.

#### JUSTIFICATIVA:

As dificuldades de acesso da população do município ao serviço odontológico são significativamente acentuadas, em face da carência de oferta do benefício e da grande concentração de população de baixa renda, por tratar-se de município eminentemente agrícola.

Essa população não dispõe de recursos para buscar atendimento no sistema de saúde convencional, assim como de deslocar-se a outros municípios onde tais serviços são oferecidos.

Em vista, pois, dos objetivos sociais das referidas clínicas, entendo plenamente justificada minha reivindicação.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar So-



cial, Dr. Delcino Tavares da Silva, a seguinte solicitação:

- A inclusão do Município de Nova Olímpia no Programa de Clínicas Odontológicas Simplificadas desenvolvido pela Secretaria de Saúde.

Sala das Sessões, em 04.11.87.

(a) NILTON BARBOSA.

#### JUSTIFICATIVA:

As dificuldades de acesso da população do município ao serviço odontológico são significativamente acentuadas, em face da carência de oferta do benefício e da grande concentração de população de baixa renda, por tratar-se de município eminentemente agrícola.

Essa população não dispõe de recursos para buscar atendimento no sistema de saúde convencional, assim como de deslocar-se a outros municípios onde tais serviços são oferecidos.

Em vista, pois, dos objetivos sociais das referidas clínicas, entendo plenamente justificada minha reivindicação.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, Dr. Delcino Tavares da Silva, a seguinte solicitação:

- A inclusão do Município de Douradina, no Programa de Clínicas Odontológicas Simplificadas desenvolvido pela Secretaria de Saúde.

Sala das Sessões, em 04.11.87.

(a) NILTON BARBOSA.

#### JUSTIFICATIVA:

As dificuldades de acesso da população do município ao serviço odontológico são significativamente acentuadas, em face da carência de oferta do benefício e da grande concentração de população de baixa renda, por tratar-se de município eminentemente agrícola.

Essa população não dispõe de recursos para buscar atendimento no sistema de saúde convencional, assim como de deslocar-se a outros municípios onde tais serviços são oferecidos.

Em vista, pois, dos objetivos sociais das referidas clínicas, entendo plenamente justificada minha reivindicação.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após ma-

nifestação do Plenário, e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, Dr. Delcino Tavares da Silva, a seguinte solicitação:

- A inclusão do Município de Maria Helena no Programa de Clínicas Odontológicas Simplificadas desenvolvido pela Secretaria de Saúde.

Sala das Sessões, em 04.11.87.

(a) NILTON BARBOSA.

#### JUSTIFICATIVA:

As dificuldades de acesso da população do município ao serviço odontológico são significativamente acentuadas, em face da carência de oferta do benefício e da grande concentração de população de baixa renda, por tratar-se de município eminentemente agrícola.

Essa população não dispõe de recursos para buscar atendimento no sistema de saúde convencional, assim como de deslocar-se a outros municípios onde tais serviços são oferecidos.

Em vista, pois, dos objetivos sociais das referidas clínicas, entendo plenamente justificada minha reivindicação.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, Dr. Delcino Tavares da Silva, a seguinte solicitação:

- A inclusão do Município de Formosa do Oeste no Programa de Clínicas Odontológicas Simplificadas desenvolvido pela Secretaria de Saúde.

Sala das Sessões, em 04.11.87.

(a) NILTON BARBOSA.

#### JUSTIFICATIVA:

As dificuldades de acesso da população do município ao serviço odontológico são significativamente acentuadas, em face da carência de oferta do benefício e da grande concentração de população de baixa renda, por tratar-se de município eminentemente agrícola.

Essa população não dispõe de recursos para buscar atendimento no sistema de saúde convencional, assim como de deslocar-se a outros municípios onde tais serviços são oferecidos.

Em vista, pois, dos objetivos sociais das referidas clínicas, entendo plenamente justificada minha reivindicação.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das

atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, Dr. Delcino Tavares da Silva, a seguinte solicitação:

- A inclusão do Município de Jesuítas no Programa de Clínicas Odontológicas Simplificadas desenvolvido pela Secretaria de Saúde.

Sala das Sessões, em 04.11.87.

(a) NILTON BARBOSA.

#### JUSTIFICATIVA:

As dificuldades de acesso da população do município ao serviço odontológico são significativamente acentuadas, em face da carência de oferta do benefício e da grande concentração de população de baixa renda, por tratar-se de município eminentemente agrícola.

Essa população não dispõe de recursos para buscar atendimento no sistema de saúde convencional, assim como de deslocar-se a outros municípios onde tais serviços são oferecidos.

Em vista, pois, dos objetivos sociais das referidas clínicas, entendo plenamente justificada minha reivindicação.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, Dr. Delcino Tavares da Silva, a seguinte solicitação:

- A inclusão do Município de Assis Chateaubriand no Programa de Clínicas Odontológicas Simplificadas desenvolvido pela Secretaria de Saúde.

Sala das Sessões, em 04.11.87.

(a) NILTON BARBOSA.

#### JUSTIFICATIVA:

As dificuldades de acesso da população do município ao serviço odontológico são significativamente acentuadas, em face da carência de oferta do benefício e da grande concentração de população de baixa renda, por tratar-se de município eminentemente agrícola.

Essa população não dispõe de recursos para buscar atendimento no sistema de saúde convencional, assim como de deslocar-se a outros municípios onde tais serviços são oferecidos.

Em vista, pois, dos objetivos sociais das referidas clínicas, entendo plenamente justificada minha reivindicação.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, Dr. Delcino Tavares da Silva, a seguinte solicitação:

- A inclusão do Município de Pérola no Programa de Clínicas Odontológicas Simplificadas desenvolvido pela Secretaria de Saúde.

Sala das Sessões, em 04.11.87.

(a) NILTON BARBOSA.

#### JUSTIFICATIVA:

As dificuldades de acesso da população do município ao serviço odontológico são significativamente acentuadas, em face da carência de oferta do benefício e da grande concentração de população de baixa renda, por tratar-se de município eminentemente agrícola.

Essa população não dispõe de recursos para buscar atendimento no sistema de saúde convencional, assim como de deslocar-se a outros municípios onde tais serviços são oferecidos.

Em vista, pois, dos objetivos sociais das referidas clínicas, entendo plenamente justificada minha reivindicação.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, e em Regime de Urgência, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, Dr. Delcino Tavares da Silva, a seguinte solicitação:

- A inclusão do Município de Xambrê no Programa de Clínicas Odontológicas Simplificadas desenvolvido pela Secretaria de Saúde.

Sala das Sessões, em 04.11.87.

(a) NILTON BARBOSA.

#### JUSTIFICATIVA:

As dificuldades de acesso da população do município ao serviço odontológico são significativamente acentuadas, em face da carência de oferta do benefício e da grande concentração de população de baixa renda, por tratar-se de município eminentemente agrícola.

Essa população não dispõe de recursos para buscar atendimento no sistema de saúde convencional, assim como de deslocar-se a outros municípios onde tais serviços são oferecidos.

Em vista, pois, dos objetivos sociais

das referidas clínicas, entendo plenamente justificada minha reivindicação.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam remetidos ofícios ao Governador do Estado do Paraná, ao Presidente do Tribunal de Justiça e a todos os Desembargadores, ao Procurador Geral da Justiça, com ciência ao Prefeito Municipal, Vereadores e membros dos diretórios dos partidos políticos de Dois Vizinhos, solicitando a elevação de entrância inicial para entrância intermediária da Comarca de Dois Vizinhos.

Sala das Sessões, em 04.11.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

#### JUSTIFICATIVA:

Sabedores da constante preocupação dos integrantes do Tribunal de Justiça do Paraná em levar a justiça a todos os cidadãos de forma ágil e eficaz, a comunidade de Dois Vizinhos postula a elevação para entrância intermediária de sua Comarca.

Tal postulação ampara-se legalmente no art. 208 da Lei n. 7.297.

Deve-se salientar, também, o expressivo movimento forense que aquela Comarca possui. Pois atualmente, Dois Vizinhos representa um novo pólo de desenvolvimento na Região Sudoeste do Paraná, detendo a 2.ª maior arrecadação do ICM daquela região.

Cremos que esta medida não resultará em despesas vultosas para os cofres públicos, Dois Vizinhos possui um edifício moderno e amplo onde está localizado o Fórum, sendo que, a Prefeitura Municipal compromete-se a efetuar todas as ampliações que se fizerem necessárias para a instalação da entrância intermediária, conforme ofício encaminhado ao Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Justiça.

Pelo exposto, entendemos que a elevação para entrância intermediária da Comarca de Dois Vizinhos contribuirá, em muito, para agilizar a prestação jurisdicional a todos os habitantes daquela microrregião.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura solicitando estudos no sentido de que sejam fundadas Bibliotecas Públicas, na forma do artigo 110 inciso - XI da Carta magna Estadual, nas cidades com mais de 50 mil habitantes.

Sala das Sessões, em 04.11.87.

(a) RAUL LOPES

#### JUSTIFICATIVA:

As Bibliotecas Públicas são fontes de cultura e apoio de pesquisas para a população, proporcionando, assim, além do aspecto educacional, o fator lazer cultural, tão importante na evolução de uma cultura popular.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Presidente do BANESTADO, no sentido de interceder junto ao crédito imobiliário para a imediata liberação dos financiamentos aos compradores das casas do conjunto residencial Açucena, desta Capital.

O referido conjunto foi construído com recursos do sistema financeiro da habitação. Há mais de um ano ele encontra-se concluído, e não foi entregue aos compradores até a presente data, apesar destes terem pago o sinal de negócio e encaminhado várias vezes a documentação exigida.

Alega-se que a demora foi causada pela falta de entrega, por parte da construtora, de toda a documentação exigida pelo Banco para a regularização do financiamento.

Agora, superado o impasse, encontrando-se o Conjunto devidamente averbado no registro imobiliário e esgotado o prazo de carência 18 meses para o início do pagamento do financiamento, deve o Banco agilizar a análise da documentação dos compradores e repassar o financiamento, o mais breve possível, para amenizar um problema social, que não foi causado pelos mutuários.

Sala das Sessões, em 04.11.87.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. Belmiro Valverde Jobim Castor, Digníssimo Secretário de Estado da Educação, solicitando a criação de ensino de 2º Grau na Escola "Oswaldo Cruz", no Jardim Dona Laura, na Cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 04.11.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

#### JUSTIFICATIVA:

A referida escola dispõe, atualmente, apenas de ensino de 1º Grau. Entretanto, com o crescimento populacional do Jardim Dona Laura e adjacências, é grande o número de estudantes secundaristas que necessita de ensino de 2º Grau, uma vez que recorrem a outros estabelecimentos distantes

daquela localidade.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. Belmiro Valverde Jobim Castor, Digníssimo Secretário de Estado da Educação, solicitando a instalação de escola de 1º Grau no Jardim Guarujá, na Cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 04.11.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

#### JUSTIFICATIVA:

Em recentes reuniões, com moradores daquele jardim, recebi a reivindicação de centenas de pais de estudantes, crianças em idade escolar, que necessitam de escola de 1º Grau, uma vez que a maioria das crianças daquela localidade não frequentam escolas, em função dos problemas de segurança e transporte que os impede de locomover-se a outros estabelecimentos escolares de outros bairros.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário o envio de expediente ao Deputado Mário Pereira, Secretário de Estado da Administração, solicitando seu empenho no sentido de que se consiga uma sala para que a Comissão de Luta pelos Direitos dos Deficientes Auditivos - Regional do Paraná possa se instalar.

Sala das Sessões, em 04.11.87.

(a) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente às autoridades abaixo nominadas, REQUERENDO a inclusão do nome desta Entidade dentre aquelas que serão beneficiadas com verbas federais em 1988.

1. Ministro da Educação, Sr. Hugo Napoleão;
2. Ministro do Planejamento, Sr. Anibal Teixeira.

Sala das Sessões, em 04.11.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### JUSTIFICATIVA:

Esta obra que há vários anos vem prestando relevantes serviços à nossa comunidade, espera obter uma melhor dotação no exercício de 1988 para atender as necessidades reais e continuar sua obra filantrópica em prol dos menos favorecidos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Presidente do Banco do Brasil, Doutor Camilo Calazans, no sentido de que venha a ser criada agência, do citado Banco, no Município de Três Barras do Paraná - Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 04.11.87.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Três Barras do Paraná é um Município notadamente agrícola, como a grande maioria dos municípios do interior do Brasil.

Sua população encontra, portanto, no meio rural, a sua fonte de sobrevivência.

Devido as grandes dificuldades pelas quais passa o nosso povo, tem o nosso agricultor, como sua única esperança de produção, o crédito rural do Banco do Brasil.

Porém, para os habitantes de Três Barras, esta esperança está distante, está em outro Município, no caso Catanduvas, distante vários quilômetros.

A falta de uma agência do Banco do Brasil no Município, obriga a população a se deslocar, causando além de prejuízos no tocante a transporte, prejuízos em relação a atrasos e demora na obtenção dos recursos.

Na atualidade, Três Barras, pelo número de habitantes e pelo desenvolvimento apresentado, comporta uma agência do Banco do Brasil, e para que isso ocorra, apelamos aos bons préstimos da autoridade nominada.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Dr. Delcino Tavares da Silva, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde, solicitando isonomia para os servidores estatutários dentro do SUDS.

Sala das Sessões, em 04.11.87.

(a) LAURO LOBO ALCÂNTARA

#### JUSTIFICATIVA:

Dentro dos preceitos legais, respeitados os impedimentos, entendemos que o servidor estatutário dentro do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde carece de estudos que visem beneficiá-lo com a isonomia Salarial, a exemplo dos servidores celetistas.

Entendemos as dificuldades para se administrar em tempo de crise, mas

reconhecemos que, revista a situação dos estatutários do S.U.D.S., a isonomia salarial somente trará benéficos resultados, sendo que o maior beneficiado, sem sombra de dúvida, será o sistema, que poderá contar ainda mais com a dedicação e a satisfação desses servidores.

Pelo exposto, encarecemos a aprovação dos nobres Parlamentares.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando a realização de gestões no sentido de que o trigo "triticale" seja excluído do Monopólio do trigo previsto no Decreto Lei 210/67, e que os estoques governamentais sejam vendidos a indústrias não amparadas pelo referido decreto, entretanto obedecendo aos mesmos critérios adotados para o trigo comum, que é a revenda a preço subsidiado, a fim de que tanto o "triticale" como o trigo comum tenham o mesmo preço.

1. Ministro da Agricultura, Sr. Iris Rezende Macedo;

2. Ministro da Fazenda, Sr. Bresser Pereira;

3. Senadores pelo Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul;

4. Governadores, Deputados Federais e Secretários de Estado da Agricultura dos Estados acima mencionados.

Sala das Sessões, em 04.11.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, sejam enviados expedientes ao Excelentíssimo Senhor José Sarney, Digníssimo Presidente da República, aos Gabinetes Civil e Militar da Presidência da República, à Comissão de Defesa dos Direitos do Cidadão, ao Estado Maior das Forças Armadas, solicitando encaminhamento ao Congresso Nacional de um Projeto de Lei, beneficiando aos ex-combatentes Especialistas da Aeronáutica, portadores da Cruz da Aviação e outras categorias de ex-combatentes, nos termos do Projeto de Lei n. 156, de 1986, de autoria do ex-Senador Enéas Faria.

Solicito ainda, que da decisão do Plenário seja dada ciência ao Ilustríssimo Senhor Olavo Kloster Sampaio, no seguinte endereço: Rua Brigadeiro Rocha, 2777 - Guarapuava - PR.

Sala das Sessões, em 04.11.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS

#### JUSTIFICATIVA:

Os Suboficiais e sargentos Especialistas de Aeronáutica, transferidos para a reserva e possuidores do Certificado de "Vôos em Operações de Guerra", da Medalha de campanha do Atlântico Sul, criada pela Lei n. 497, de 20 de novembro de 1984, pelo desempenho de missões especiais confiadas pelo Governo, e agraciados com a Cruz de Aviação, instituída pelo Decreto-Lei n. 7.454, de 10 de abril de 1948, aos membros das tripulações de aeronaves que tivessem participado, com eficiência, de missões de guerra, são credores também do reconhecimento da Nação, pelo seu esforço e espírito de patriotismo em defesa dos valores maiores que devem ser preservados, durante a 2.ª Guerra Mundial.

São direitos conquistados no campo da luta e que a Nação Brasileira não pode esquecer, como não tem esquecido em relação a outros segmentos das Forças Armadas. Os Suboficiais e Sargentos Especialistas de Aeronáutica, que desempenharam missões de guerra em arrojadas missões de proteção à navegação marítima e de guerra contra submarinos, também arriscaram suas vidas e contribuíram significativamente para a vitória aliada, na luta pela prevalência da Liberdade e da democracia.

O próprio Supremo Tribunal Federal equipara as frentes de guerra, não distinguindo operações bélicas na Itália, das operações bélicas no Atlântico Sul e, nestas condições, os que desempenharam missões bélicas neste último teatro de operações, por assemelhamento, devem receber o mesmo tratamento dos que estiveram na Itália.

A decisão do Excelso Pretório sobre o Recurso Extraordinário n. 81.303, publicado na Revista Trimestral de Jurisprudência n. 75, páginas 953/54, é esclarecedora:

"O litoral do Brasil e adjacências foi sem dúvida uma das frentes de guerra. Ali foram agredidas e afundadas diversas unidades da nossa Marinha Mercante.

Por isso mesmo, operações de vigilância e segurança, ali levadas a efeito, caracterizam-se como participação efetiva em operações bélicas, pois o conceito destas não se limita à luta armada e sangrenta".

Constituem, por outro lado, os Suboficiais e Sargentos Especialistas de Aeronáutica, possuidores da Cruz de Aviação e já transferidos para a Reserva não remunerada, e um reduzido número de marginalizados de qualquer benefício, por falta de uma lei específica que os ampare, dado que as existentes contemplam apenas aqueles que continuaram na vida militar, discriminando os que retornaram à vida civil e às atividades autônomas.

Por ser esta seguramente de uma justa reivindicação, tratando-se de uma classe

que num passado não muito remoto não titubeou em defender os maiores interesses da nação brasileira, inclusive com o sacrifício de muitas vidas, merecerá toda e qualquer atenção de Vossa Excelência o Presidente da República e demais órgãos competentes.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação da Assembléia, a seguinte proposição:

REQUER, na forma regimental, a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, do artigo "Por que saí do PMDB", de autoria do senador do Paraná, Afonso Carmargo e publicado na "Folha de Londrina", de 04 de novembro (em anexo).

A inserção do artigo em questão justifica-se diante da análise feita, pelo Senador, da realidade brasileira, porque tem sido o mesmo um dos grandes políticos paranaenses, sempre frio e sensato em suas análises políticas.

Sala das Sessões, em 04.11.87.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a transcrição nos Anais desta Casa, do Artigo "O Brasil Atropelado", de Eliane A. Cardoso, economista, publicado na edição de 25 de outubro de 1987, no Jornal "Folha de São Paulo".

Sala das Sessões, em 04.11.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS

#### JUSTIFICATIVA:

A opinião da economista Eliana A. Cardoso, doutora pela MIT e professora na "Fletcher School of Law and Diplomacy", nos Estados Unidos, de que o Brasil deve revelar na negociação de sua dívida externa, sem perder de vista o interesse nacional de longo prazo. Nesse artigo a professora Eliana A. Cardoso responde ao artigo do professor Mário Simonsen, divulgado na Revista "Veja", a quem acusa de pregar um liberalismo fora de moda, além de ter sido um dos grandes estatizadores deste País na gestão Geisel.

A transcrição torna-se pois oportuna, por trazer a debate o contraditório, e mostrar que o programa social do PMDB, se conduzido com equilíbrio por um Governo responsável, resultará em desenvolvimento na sua concepção mais ampla, em que os ganhos econômicos beneficiam toda a coletividade.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvir o Plenário, REQUER a transcrição nos Anais da Casa da Nota Oficial publicada no Jornal "O Paraná".

A nota traz a posição de vários prefeitos e deste Deputado, protestando quanto à forma de encaminhamento da divisão da Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná - (AMSOP).

Saliente-se que não nos estimula o espírito divisionista, mas apenas a intenção de participar das discussões do Sudoeste, ao mesmo nível das demais lideranças da Região.

Sala das Sessões, em 04.11.87.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

#### PROJETO DE LEI N. 301/87

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a transferir para a alçada do Estado a estrada intermunicipal que liga o Município de Campo Mourão à PR-549, passando pelos Distritos de Barreiro das Frutas, Serrinha e Fazenda Boa Esperança.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.11.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

#### JUSTIFICATIVA:

A medida que estamos propondo irá beneficiar uma extensa região, responsável por parcela significativa da produção agrícola de Campo Mourão. A transferência da referida estrada para a alçada do Estado permitirá que ganhe melhoramentos que, no momento atual, o Município não pode arcar.

Consciente da importância da medida proposta, sabendo os benefícios que trará para inúmeros produtores rurais, desejosos de melhores condições para escoar a sua produção, confiamos na manifestação favorável dos nobres Pares.

#### PROJETO DE LEI N. 302/87

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Bairro Alto Tarumã, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.11.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores do Bairro

Alto Tarumã, devidamente registrada em Cartório competente em 17 de janeiro de 1984, tendo como objetivos principais congregar os moradores e amigos da referida vila e outros que venham a integrar a Associação, apoiando suas legítimas aspirações, pugnando por seus interesses e direitos; estimular o espírito de solidariedade e comunidade entre os moradores e amigos integrantes da Associação, no sentido de desenvolver as condições de vida dos mesmos, e da localidade; representar perante as autoridades administrativas, legislativa e jurídicas, os interesses gerais moradores e amigos desta Associação, ou os interesses individuais de seus associados, manter serviços assistenciais e cooperativos, inclusive através de convênios com organismos públicos e particulares; manter trabalhos de cultura, educação, saúde e lazer em benefício dos associados e moradores em geral.

Assim sendo, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, solicitando a sua aprovação.

PROJETO DE LEI N. 303/87  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de Utilidade Pública o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE GUARAPUAVA, com sede e foro em Guarapuava.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.11.87.

(a) CÂNDIDO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Guarapuava, criada em 27 de agosto de 1969, em Guarapuava-PR, devidamente registrada em Cartório competente daquela cidade em 31 de dezembro de 1973, tendo como objetivos principais dar orientações de toda espécie e principalmente no que se refere a direitos trabalhistas.

Foram encaminhados, por seu intermédio, aproximadamente 200 processos para a Justiça do Trabalho, e foram realizados acordos e dadas orientações aos trabalhadores na sede do Sindicato: assistência médica hospitalar e atendimento médico ambulatorial; atendimento odontológico entre extrações e tratamentos; atendimento farmacêutico, dos quais aproximadamente 1.200 receitas com remédios fornecidos pela CE-ME; auxílios diversos como funerais e outros; bolsas de estudo aos filhos dos associados cursando primeiro grau num total de 40 bolsas.

Assim sendo, submetemos o presente projeto de lei à apreciação dos nobres Pa-

res com assento nesta Casa de Leis, solicitando a sua aprovação.

PROJETO DE LEI N. 304/87  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica denominada RODOVIA PRIMO BASSI, a atual PR-518, que liga Santa Mariana ao Distrito de Panema.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.11.87.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Primo Bassi, nascido em Rovigo, na Itália, no dia 31 de janeiro de 1893, foi casado com a Sra. Cezira Garburio e dessa união nasceram quinze filhos.

Veio morar no Paraná em 21.04.35, em Santa Mariana.

Adquiriu um sítio no local conhecido como Água do Balaio e depois o sítio Nossa Senhora Aparecida, numa região totalmente inexplorada, por onde passa a rodovia em questão.

Foi grande benfeitor da cidade de Santa Mariana. Além das doações de terras para construção do Posto de Saúde, Agência de Rendas e da Prefeitura (hoje Inspeção municipal de Educação e Cultura e Depósito de Água da SANEPAR), construiu casas, prédios para hotel e comércio, rodoviária, etc.

Faleceu em 19.01.60.

PROJETO DE LEI N. 308/87  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - O artigo 10 da Lei n. 7567, de 08.01.82, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10 - A receita da Carteira é constituída:

I - Pelos recursos oriundos da dedução de parte das custas devidas pelos atos praticados e registrados nas serventias do foro extra-judicial, na forma das tabelas anexas a esta lei;

II - Pelos recursos oriundos da totalidade das custas devidas por atos das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada, bem como de parte daquelas que forem devidas por atos praticados pelos respectivos Secretários, igualmente na conformidade das Tabelas anexas a esta lei;

III - Pelos recursos oriundos da dedução de parte das custas devidas às Serventias de foro judicial, conforme Tabelas anexas a esta lei;

IV - De multas, juros e correção monetária decorrentes de infrações a esta lei;

V - De produto das aplicações da receita



disponível;

VI - Pelas doações, subvenções, participações e eventuais repasses ou transferências de recursos pelo Poder Público ou por terceiros."

Art. 2.º - O item I do artigo 11, da Lei n. 7567, de 08.01.1982, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 11 - ...

I - Pagamento de complementações de aposentadorias e pensões bem como dos auxílios diversos, com até 70% dos recursos originados das deduções previstas no art. 10."

Art. 3.º - O art. 29, da Lei n. 7567, de 08.01.82, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 29 - O valor da complementação das aposentadorias e pensões não poderá exceder, respectivamente a 40 V.R.C. (40 valores de referência de custas) e 24 valores de referência de custas, observado o critério previsto no artigo 28.

Art. 4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.11.87.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### JUSTIFICATIVA:

As presentes alterações, que não trarão qualquer ônus ao Estado ou aos usuários das Serventias da Justiça, visto as contribuições serem deduzidas das custas, tornam-se recomendadas e até necessárias, como se verá:

I - Com a modificação no artigo 10, tornar-se-á mais simples a forma de arrecadação, uma vez que a contribuição será fixa e não percentualmente aos valores dos atos praticados.

Dita alteração, além de facilitar aos Serventuários quanto ao recolhimento, possibilitará uma fiscalização mais simples e portanto mais efetiva, aumentando consequentemente a arrecadação da Carteira possibilitando um amparo mais amplo aos aposentados e aos pensionistas.

II - A fim de dar uma maior flexibilidade aos pagamentos possibilitando ainda a formação de uma reserva técnica, a aplicação dos recursos atingirá até 70% e não obrigatoriamente a totalidade.

III - A alteração prevista para o artigo 29, faz-se necessária visto não existir qualquer razão para atrelar-se o valor das aposentadorias e das pensões, pagas pelo Estado, com a complementação oriunda de recursos decorrentes de contribuição dos próprios Serventuários.

Aliás, em permanecendo a atual redação, dentro em breve a Carteira não poderá cumprir as suas finalidades, pois o valor da aposentadoria, apesar de ínfimo para aqueles que dedicaram mais de 35 anos de suas vidas ao Serviço Público, em cargo de grande responsabilidade, atingirá Cz\$ 17.600,00, ou seja, o limite legal previsto, impedindo assim qualquer complementação.

No entanto, no tocante às complementações, deverão permanecer as mesmas limitações, evitando-se assim qualquer exagero na concessão de benefícios.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Não há mais expediente a ser lido.

Está encerrado, portanto, o Horário do Expediente, e passamos ao Pequeno Expediente.

Nele, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado José Alves.

O SR. JOSÉ ALVES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quando viemos de Maringá, vínhamos lendo o "Diário de Maringá" e em certo trecho li que o Governo Federal já pensa em outro aumento de combustíveis.

E aí a gente passa a pensar, Srs. Deputados, como é que um País igual ao nosso, que só se fala em alta, tudo sobe, o Governo Federal libera agora os gêneros de necessidade como o arroz, o óleo comestível e demais mercadorias que fazem parte da cesta base do trabalhador.

Mercadoria supérflua o pobre do trabalhador já não pode mais comprar, já não pode mais comer e agora, o arroz, o feijão, o óleo também está liberado para ser vendido a qualquer preço, longe do alcance do pobre homem trabalhador, que ganha um mínimo salário neste País.

Eu sou otimista. Sempre pensei em uma reação para que a nossa Pátria saísse desse buraco, Srs. Deputados, mas quando a gente vê um Presidente da República, quando a gente vê um Ministro da Fazenda, que parece ter ódio do trabalhador brasileiro, parece que não amam esta terra, a gente vai perdendo as esperanças.

Portanto, Srs. Deputados, Sr. Presidente desta Casa, eu acho que está na hora de todos os Deputados deste país, participarem junto com o Presidente, dando opiniões, para que alguma coisa seja mudada.

O nosso Governador Álvaro Dias disse ontem em São Paulo que o País, que a Pátria está afundando, mas já está quase mesmo afundado. Um Governo que só pensa em alta, subindo o petróleo, sobe todo o custo de vida, sobe o transporte, sobe tudo. O petróleo é o pivô da alta em nossa terra e a gente vê o Presidente da República já articulando mais um aumento.

Em janeiro passado, a gasolina custava apenas "nove cruzadinhos". Hoje está a Cz\$ 31,00 e já se fala em novo aumento. Mais de 300% no petróleo brasileiro de janeiro até agora. Fazendo os cálculos até o fim do ano, a gasolina vai quase a Cz\$ 40,00. Se continuarmos assim, o ano que vem a gasolina vai estar em cento e tantos cruzados o litro. Qual é o brasileiro que sobrevive? Qual é o trabalhador que vai ter condições de viver e tratar a sua família? Vão todos morrer de fome.

Portanto, estamos pessimistas a cada dia que passa com esse Presidente da República, com os nossos governantes que estão na área federal, com o Ministro Bresser Pereira, que para mim não sabe coisa nenhuma, que é professor não sei do quê. Eu acho que são necessários homens que sejam economistas neste setor, e que entendam que o trabalhador brasileiro passa fome; enquanto ele aumenta 100% na água e na luz, ele aumenta 10% no salário.

É lamentável a situação em que se encontra este País, um País de gente que trabalha, um País de terras férteis, um País que não tem terremoto, mas que tem lá em cima, na área federal, meia dúzia de homens que acabam com essa Nação a cada dia que passa.

Precisamos, urgentemente, antes que essa Pátria seja tomada por outros países, alguém que interfira. Nós, Deputados, precisávamos enviar correspondência ao Ministro da Fazenda, explicando a ele que a coisa está totalmente errada.

E o Governador Álvaro Dias que desmonta nacionalmente como o melhor Governador da Nação brasileira, ontem disse em São Paulo que a Pátria está afundando. Está mesmo, Governador? Eu acho que nós precisamos de Vossa Excelência na Presidência da República, para mostrar ao Brasil e ao resto do mundo que o Paraná tem homens dignos, prontos, preparados para administrar essa Nação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Sr. Presidente e Srs. Deputados, Sra. Deputada.

Recebemos em nosso gabinete no dia de hoje, a visita do Vereador Donato Hesser, que representa o Distrito de Nova Tebas, junto à Câmara Municipal de Pitanga. E o vereador, juntamente com uma comitiva daquele distrito, vem procurando junto aos Srs. Parlamentares saber o motivo pelo qual o projeto que emancipa aquele distrito não é colocado na Ordem do Dia deste Parlamento.

O projeto que emancipa o Distrito de

Nova Tebas já passou pelas Comissões desta Casa, foi a plebiscito, aprovado o plebiscito os moradores da região por mais de 90% disseram sim à emancipação. O projeto então voltou a esta Casa de Leis e aguarda pronunciamento da Comissão de Terras, para que seja colocado em Plenário.

Conversando com o Deputado Domingos Scarpellini, Presidente daquela Comissão e o Deputado Lauro Lobo Alcântara, Relator daquela Comissão, ambos esclareceram que o Parecer será favorável e nós, então, apelamos para a sensibilidade do Presidente deste Poder, Presidente que tem demonstrado por suas atitudes que realmente está sempre do lado do direito, do lado da lei. E estando do lado direito e do lado da lei, eu tenho certeza que o Presidente Antônio Annibelli estará do lado dos habitantes de Nova Tebas e mandará, determinará que a lei seja cumprida e mandará que o projeto seja colocado na Ordem do Dia.

Nós confiamos na sensibilidade do Sr. Presidente e confiamos também nos companheiros deste Parlamento de que, colocado este projeto na Ordem do Dia, ele será aprovado por todos os Parlamentares, porque motivos inexistem para que este projeto não seja aprovado. Motivo inexistente para que este projeto não seja colocado na Ordem do Dia. Motivos inexistem para que este Parlamento não dê aos moradores de Nova Tebas, de Poeme, de Catuporanga e sua emancipação política.

Nós sabemos e conhecemos a riqueza e o poder destes Distritos, os quais terão condições de sobrevivência, de sobejo. Não precisarão mendigar para governo Federal, nem Estadual para que possam sobreviver.

Por isso solicitamos aos srs. Parlamentares e ao Sr. Presidente para que atendam as determinações legais, as necessidades e os anseios dos moradores daquele Distrito, colocando o projeto na Ordem do Dia e tenho certeza, este projeto será aprovado. Outros parlamentares já se manifestaram a favor de que este projeto fosse colocado na Ordem do Dia. Não é preciso que alguns Parlamentares tenham receio de que colocando e votando este projeto, outros projetos também terão que ser colocados na Ordem do Dia.

Ora, todos os projetos de emancipação que cumpram as determinações legais, que cumpram os requisitos da lei, devem ser colocados na Ordem do Dia, por que não?

Não vamos atender às questões políticas de um ou de outro Parlamentar, vamos atender, isto sim, as necessidades da maioria dos nossos munícipes, daqueles que realmente precisam.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao

Grande Expediente.

Com a palavra o Sr. Deputado Algaci Túlio, por 30 minutos.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não pretendia utilizar o Grande Expediente hoje, mas o farei apenas em alguns minutos, para dizer que poderia utilizar este espaço para fazer críticas ao Secretário Osmar Dias, que esteve, recentemente, na cidade de Lunardelli, onde foi receber o título de Cidadão Honorário, e segundo as informações que recebemos daquela localidade, e segundo notícias que estão estampadas nos jornais de Maringá e Londrina, nos dizem que o Secretário, ao discursar, por ocasião da homenagem, teria feito críticas a alguns Deputados desta Assembléia, e dentre eles, a este Parlamentar e ao Deputado Basílio Zanusso.

Disse o Sr. Secretário que, os Deputados Algaci Túlio e Basílio Zanusso são homens que estão trabalhando contra o governo, são homens que defendem ladrões e corruptos. Na verdade, não temos mais informações a respeito disso, apenas algumas notícias estampadas num dos jornais daquela região, e na informação que alguns dos colegas nos passaram, de ontem para hoje. Mas estamos tomando as providências necessárias para saber o que é que o Sr. Secretário falou, nos tachando de defensores de bandidos e de corruptos. Está completamente enganado o Secretário! É preciso que ele venha até esta Casa verificar as notas taquigráficas de nossos pronunciamentos, para saber, até quem sabe, o Sr. Secretário, quem são aqueles os que mais aplaudem determinadas medidas adotadas por Sua Excelência o Governador do Estado.

É preciso que saiba o Sr. Secretário, quem é que, utilizando um meio de comunicação, como eu possuo com a maior audiência no Estado do Paraná, tece considerações elogiosas ao trabalho de Sua Excelência o Governador do Estado. Portanto, está completamente enganado o Sr. Secretário, quando sai em palanque, num momento em que é homenageado e partir para uma apelação deste tamanho, dizendo que este Deputado e que o Deputado Basílio Zanusso são defensores de ladrões e de corruptos.

Eu quero deixar bem claro, aqui, que quando usei esta tribuna, quando aqui fiz menção aos fatos verificados na PROMOPAR, dos quais voltarei a falar aqui desta tribuna, a respeito deste assunto, porque ainda não está devidamente esclarecido, porque ainda na semana passada, a minha equipe de reportagem ouviu dona Cristina Tessa, que foi colocada como Superintendente no PROMOPAR e ficou apenas alguns dias. Isto, por que? Quando ela começou a descobrir que havia coisas erradas no PRO-

MOPAR, ela foi prontamente retirada do cargo. Isto quer dizer que alguma coisa de estranho existia lá dentro, senão a dona Tereza, que seria colocada lá para levantar possíveis irregularidades, não seria tirada do cargo como o foi. E, diante das declarações prestadas por Rosane Zornig, por Edemara de Oliveira Lara, dona Maria Cristina disse que agora, mais do que nunca, ela também acredita que alguma coisa de estranho exista no PROMOPAR.

Por isso, quando vim a essa tribuna, quando falei a respeito do PROMOPAR, falei que era necessário que também se desse oportunidade de defesa àqueles que são acusados. Não quis com isso dizer que estava defendendo bandidos, ladrões, corruptos. Nunca fiz isso. Pelo contrário, a minha vida sempre foi pautada, na minha função como homem de imprensa, de jornalista, de radialista e homem de televisão, pela moralização, pelo direito e pelas coisas certas.

Não viria eu nessa tribuna, endossar atos ilegais cometidos por pessoas à frente do Governo passado. Portanto, o Sr. Secretário da Agricultura pode esperar que no tempo devido terá a resposta que merece, pelo que fez em Lunardelli a respeito da minha pessoa e a respeito da pessoa do eminente Deputado Basílio Zanusso, um deputado de longos anos nesta Casa, que merece deste Plenário toda a confiança e toda a responsabilidade e, acima de tudo, o respeito. Não pode ser assim jogado o seu nome, diante de uma posição que ele tomou, não de defesa dos corruptos, mas apenas em vir aqui a esta tribuna e relatar o que os jornais divulgavam e dizer da necessidade do direito de defesa a todos.

Porque, vejam bem, Srs. Deputados, a dona Rosane Zornig é psicóloga, portanto ela tem direito inclusive, culpada ou não, eu não entro no mérito da questão, mas o direito deve ser defendido, ela tem inclusive direito a uma prisão especial. E não se concedeu essa prisão especial a dona Rosane Zornig.

Não venho aqui em defesa dela, mas em defesa ao direito que ela tem, como tem qualquer um de nós, como temos nós, Parlamentares, também.

Então, é preciso que se esclareça direito essa situação. Quero deixar bem claro aqui que lamento a postura do Sr. Secretário da Agricultura, que foi à imprensa chamar as acusadas de ladras, de prostitutas, de corruptas, ofendendo a moral da família dessas pessoas. E agora chega em palanque e vai citar que este Parlamentar é defensor de ladrões e corruptos.

Está completamente enganado o Sr. Secretário. Em momento algum eu defendi as acusadas. Portanto, na sequência ainda,

faremos o registro, colocaremos a nossa posição mais detalhada a respeito desse assunto.

O Sr. Pedro Tonelli - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Agradeço este aparte e principalmente a brilhante oportunidade, para trazer à opinião dos Parlamentares que compõem esta Casa, assunto importante que coloca em discussão, talvez uma das autoridades mais importantes deste Estado, o Secretário da Agricultura, tendo em vista que o nosso Estado é um Estado eminentemente agrícola.

E gostaria de dizer assim ao nobre colega, Deputado Algaci Túlio, que as afirmações do Secretário da Agricultura certamente não nos devem trazer maiores preocupações. Já é de conhecimento público a sua capacidade, a sua habilidade e já está provado que, como homem público deste Estado, ele não serve! A sua prática em comando na Secretaria da Agricultura está sendo esquecida, está se deixando de lado para dar atenção a questões pessoais, picuinhas da vida particular e muito menos da vida pública deste Estado.

Nós temos vários exemplos disso. Temos os fatos acontecidos nos contatos com o movimento dos sem-terra do Paraná, o brioso movimento dos sem-terra do Paraná, quando o próprio Secretário da Agricultura não teve a habilidade em discutir com a categoria, representando o Estado do Paraná, o processo de avanço na luta pela Reforma Agrária e do desenvolvimento agrícola deste Estado.

Creio eu, nobre Deputado Algaci Túlio, que essa afirmação é, com certeza, verdadeira porque conhecemos já muito bem o temperamento desse Secretário. Deve ser verdadeira, porém não deve nos causar admiração. Um Secretário de Estado que está sendo acusado de articular e de participar do uso do dinheiro público para favorecer campanhas eleitorais do seu Partido, é lógico que isso traga uma séria preocupação a esse Secretário, que além de ser Secretário, é da família do Governador!

Portanto, nobre Deputado, acho que nós, Parlamentares desta Casa, temos o compromisso de questionar, de esclarecer, de denunciar e o estamos fazendo, e certamente nós temos que protestar contra tais atos porque, creio eu, a figura desses Parlamentares, de todos os Parlamentares que compõem esta Casa, não pode estar na boca desse Secretário, que não tem mais moral para falar que é homem público neste Estado, porque não está sabendo conduzir a luta da Agricultura do Paraná, a Política Agrícola do Paraná, a Reforma Agrária neste Estado. E muito mais do que isto, está envolvido em escândalos, escândalos vergonhosos para este Estado, que certamente

nos próximos dias terão um desfecho que comprometerá seriamente a figura não sua, pessoal, mas, a figura do Secretário da Agricultura do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Obrigado, Deputado Pedro Tonelli. Aliás, o seu nome também foi muito citado durante uma posse realizada ontem, se eu não estiver enganado, e teria sido citado com bastante ênfase o seu nome e a luta dos trabalhadores "sem-terra" que continuam esperando as promessas que foram feitas em palanque, e que até hoje não foram cumpridas.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência concede um aparte? (Assentimento).

Agradeço a Vossa Excelência e, ao mesmo tempo, este aparte que me concede, ele seria também dirigido a Vossa Excelência que ocupa a tribuna, ao ilustre latifundiário Deputado Pedro Tonelli.

Acho que Vossa Excelência, Deputado Algaci Túlio e o Deputado Pedro Tonelli...

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Eu gostaria que ficasse registrado que, a minha Declaração de Bens consta do Jornal "Correio de Notícias" - página 02 - de hoje. É de conhecimento público e notório que não sou latifundiário e eu gostaria que lessem o "Correio de Notícias" de hoje, página 02, pois lá está a minha Declaração de Bens, para desmentir aqueles que costumeiramente afirmam inverdades nesta Casa.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Talvez, as propriedades, todas, não estejam em nome do ilustre Deputado mas sim, em nome dos seus "testas-de-ferro".

Talvez, Deputado Algaci Túlio e Deputado Pedro Tonelli, Vossas Excelências desconheçam a palavra honestidade, não estando acostumados a ver um Governo que acima de tudo se pauta pelo respeito e pela honestidade! Quando o ilustre Deputado Pedro Tonelli afirma que o Secretário da Agricultura e do Abastecimento, Dr. Osmar Fernandes Dias, fez uso do dinheiro público para as campanhas do PMDB, nós queremos discordar. Não há razões, e não havia razões para essas atitudes do ilustre Secretário da Agricultura, primeiro, que, talvez, por falta de conhecimento do ilustre Deputado Pedro Tonelli, ou até mesmo de Vossa Excelência que ocupa a tribuna, o Dr. Osmar tem grandes méritos no Paraná. Primeiro, que ajudou a levantar uma faculdade que se encontrava em situação difícil no Município de Bandeirantes, mesmo com todo apoio da família Meneguel. Mas graças à inteligência e à competência do Dr. Os-

mar, a Faculdade de Bandeirantes teve o seu grande avanço. Posteriormente Dr. Osmar assumia no Governo do PMDB do Paraná...

O SR. ALGACI TÚLIO - Deputado Dirceu Manfrinato me perdoe, se Vossa Excelência vai fazer um aparte a este Parlamento dizendo da vida do Sr. Osmar Dias eu faço um apelo a Vossa Excelência para que na sequência utilize o Horário da Liderança do PMDB e faça então essa sua descrição da vida do Sr. Osmar Dias, que nós conhecemos, pois também sabemos um pouco da sua vida. Mas gostaria de dar o espaço para que o amigo completasse o aparte, porque eu tenho ainda muitos assuntos a abordar nesse meu horário.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu não sei se a Liderança do meu Partido já assumiu algum compromisso com alguns Parlamentares, se não o fez, eu terei imenso prazer de assumir o Horário da Liderança para responder a Vossa Excelência. Mas só reafirmando que Vossa Excelência deveria conhecer um pouco mais a integridade da família Fernandes Dias no Paraná, que tanto tem feito pelo Paraná, sendo que nenhum deles até hoje deixou de prestar contas dos seus compromissos, como Vossa Excelência deixou de prestar contas do seu compromisso na Câmara de Vereador de Curitiba.

Muito obrigado!

O SR. ALGACI TÚLIO - Eu acho que está enganado o Deputado Dirceu Manfrinato, ilustre cidadão do interior do Estado que nós temos prazer em recepcioná-lo aqui na Capital do Estado. Vossa Excelência precisa conviver um pouco mais nessa Cidade, saber da nossa integridade, do trabalho que nós nela fazemos em prol, principalmente, daquele povo carente de quem o seu governo prometeu, em campanha, resolver todos os problemas, e pelos quais lamentavelmente, até hoje não fez nada. Governo que prometeu tanta coisa em campanha e que no entanto aproveitou-se de um estelionato político, que foi o "Cruzado I", para assumir o poder em quase todo o País e que hoje está aí a enganar este povo. Nós sabemos bem da nossa posição, da nossa campanha, do trabalho que fazemos, e não será o seu aparte que vem me dizer que tenho que conhecer um pouco mais de honestidade. O povo desta Cidade me conhece e sabe da minha honestidade e sabe do meu trabalho.

Mas Senhor Presidente, Senhores Deputados, não quero me alongar neste assunto porque evidentemente vou procurar tomar conhecimento mais profundo das palavras do Senhor Secretário Osmar Dias, que também não explicou direito até hoje, como é

que ficou aquela situação da CAFE do Paraná, pois até agora ninguém explicou nada. Farei entrar nesta Casa um requerimento pedindo uma sindicância na CAFE do Paraná para que tudo fique devidamente esclarecido, porque até mesmo alguns Parlamentares do PMDB, em conversas particulares, se mostram preocupados com aquela situação.

Mas eu ontem, Senhor Presidente, Senhores Deputados, dei entrada nesta Casa de um projeto de Lei que isenta de pagamento de imposto de transmissão das custas judiciais e extra-judiciais os inventários cujo valor de avaliação não supere a duas mil OTNs.

E eu entendo que este Projeto tem um alcance social muito grande, e eu vou dizer ainda, na sequência na nossa justificativa, que este meu projeto está baseado em quatro artigos, que dizem o seguinte: "Artigo 1º- Ficam isentos do pagamento do imposto de transmissão causa-mortis, os herdeiros de bens imóveis cujo valor de avaliação não ultrapasse o equivalente a duas mil OTNs. Artigo 2º- ficam isentos dos pagamentos das custas processuais do forum judicial os inventários ou arrolamentos cujos espólios sejam constituídos de bens imóveis para os quais a avaliação não ultrapassar o equivalente a 2 mil OTNs. Artigo 3º- Ficam isentos do pagamento das custas para registro na circunscrição imobiliária formais de partilhas extraídos dos autos de inventários ou arrolamentos cujo valor de avaliação dos bens imóveis não ultrapassar o equivalente a 2 mil OTNs.

E qual o porquê deste Projeto de Lei? Porque entendemos que vários inventários e arrolamentos deixam de ser processados devido a falta de recursos dos herdeiros, que muitas vezes, são obrigados até a vender o imóvel a ser inventariado. Vejam a que situação chegam determinadas pessoas, determinados herdeiros. Isto é muito notório, principalmente aqui na região metropolitana de Curitiba. Alguns herdeiros não têm sequer o dinheiro para pagar as taxas judiciais, e são até obrigados, às vezes, a vender o imóvel ao invés de inventariá-lo, pela falta de condições de pagamento das custas.

Então, a concessão de benefício previsto neste Plano de Lei, não afetará as finanças do Estado, pois, para este, o imposto é de pequena monta, o que não ocorre para os herdeiros, que na maioria das vezes não possuem recursos para o custeio do imposto mencionado, das custas judiciais, e nem das custas cobradas pelos cartórios do Registro de Imóveis, para a averbação dos formais de partilha.

Diante, portanto, destas razões apresentadas em nossa justificativa, esperamos que os Senhores Parlamentares atentem para

estes detalhes e evidentemente dêem parecer favorável a este Projeto, que irá beneficiar muita gente, hoje com sérios problemas com relação a estas taxas judiciais.

Também estou encaminhando à Mesa um requerimento dirigido ao Presidente do Banco do Estado do Paraná, solicitando ao mesmo providências para imediata liberação de financiamentos imobiliários, de um conjunto em Curitiba, Conjunto Açucena, onde estão lá construídas mais de 400 casas. Há mais de um ano e meio, as pessoas que se colocaram na lista de interessados por estas casas, estão a espera de que o Banco do Estado do Paraná libere as verbas, a fim de que eles possam utilizar já as suas moradias.

Estão pagando aluguéis, estão sofrendo problemas sérios com renovação de aluguéis, e é preciso então que as providências sejam tomadas imediatamente, através do Banco do Estado do Paraná.

Senhor Presidente, era isto que nós tínhamos para colocar nesta tarde. Não pretendíamos, como já disse no início, usar o Grande Expediente, mas, como Vossa Excelência, nos deu a palavra, fizemos uso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - No horário das Lideranças consultamos a Liderança do PDT se fará uso do seu tempo.

Declina.

Havendo declinado, consultamos o PT.

Tem a palavra o Senhor Deputado Pedro Tonelli, por 8 minutos e 30 segundos.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores e Senhoras colegas Deputados presentes. Gostaria de, nessa primeira parte, no Horário da Liderança do Partido dos Trabalhadores, solidarizar-me com a preocupação trazida neste dia a esta tribuna quanto a um projeto que tramita nesta Casa, que trata da emancipação política do Município de Nova Tebas.

Aliás, temos tramitando, na Mesa Executiva desta Casa, um requerimento de autoria deste Parlamentar, que solicita que conste na Ordem do Dia de amanhã, a discussão e votação da matéria pertinente a emancipação política deste novo Município, Nova Tebas.

Esperamos, evidentemente, que o Presidente desta Casa de Leis reconheça a vontade da população de uma parte do Município de Pitanga, da região de Nova Tebas, que pretende ter a sua autonomia política, e decida incluir na Ordem do Dia de Amanhã a discussão da matéria em debate. Aliás, é bom que se diga que na semana retrasada, quando constou da Ordem do Dia tal matéria, nós ainda não entendemos o porquê de

que dois Deputados do PMDB solicitaram a retirada da Ordem do Dia deste Projeto, pois houve uma comissão que se encontrou com o Governador no Palácio, e o Governador abriu mão de um precedente consagrado pela bancada peemedebista, o de que neste período legislativo não haveria mais votação e tramitação de matéria que se referisse à emancipação política.

Noticiou-se que o Governador abriu mão, e imediatamente constou da Ordem do Dia o projeto referido só que foi retirado e passou a tramitar na Comissão de Terras da Assembléia Legislativa.

Creio eu, Senhor Presidente, Senhores Deputados, ter sido uma artimanha para que este projeto não tramitasse neste ano, exatamente porque no ano que vem não pode emancipar e daí ficaria para daqui a dois anos. E o pior de tudo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é que se deu a versão na região de Pitanga e de Nova Tebas de que o único Deputado que foi contra a emancipação foi o Deputado do PT, o que foi uma mentira, escrita com letras maiúsculas e acentuada com o acento circunflexo. Eu fui o único que fui contra a aprovação daqueles requerimentos pedindo a retirada da Ordem do Dia, porque eu queria que esta matéria fosse votada e gostaria de acelerar o processo de emancipação de Nova Tebas, que já teve o seu plebiscito realizado e cumpridas todas as formalidades legais. Portanto, é mais uma aberração desta Casa.

O Sr. Domingos Scarpellini- Senhor Deputado, Vossa Excelência me permite um aparte? Assentimento.

Vossa Excelência está falando em aberração e não é este o termo adequado para um Parlamentar e muito menos quando o Senhor fizer referências à Comissão de Terras, porque não é aberração nenhuma dar o parecer a parte que toca aos limites do Município.

Portanto, já é praxe, é das normas regimentais o Projeto ir para a Comissão de Terras antes de vir para o Plenário. E como ele veio para o Plenário indevidamente, ele voltou para a Comissão de Terras, da qual eu sou o Presidente. Analisei o projeto, vamos nos reunir para dar o parecer favorável ou contrário de acordo com o entendimento da Comissão. Agora, o que não pode, é Vossa Excelência dizer como está dizendo, que é uma aberração o que está se cometendo para que o Município não seja criado e não seja desmembrado de Pitanga. Não é bem assim, Nobre Deputado. O que está sendo feito é uma análise criteriosa para que depois num mandado de segurança não venha a derrubar aquilo que a Assembléia definir como tal. E por isso está na Comissão, não é para outra coisa senão



sair de lá com um parecer. Portanto, a Comissão quando pega um projeto, não o pega para cometer uma aberração regimental, é para cumprir o Regimento desta Casa. Era só isso.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu me referi a este Projeto e falei em aberração porque no dia de ontem não foi acatado pela Mesa Executiva desta Casa um requerimento deste Parlamentar pedindo Regime de Urgência para os Regimes de Urgências já aprovados por este Plenário. E podemos citar aqui alguns exemplos: nós temos um Regime de Urgência, aprovado neste Plenário, no dia 16 de abril de 1985, um Projeto do Deputado Paulo Furiati, que trata do zoneamento agrícola. Foi aprovado, o Regime de Urgência. Isto já faz dois anos e meio e até agora não sei o que houve com o Regime de Urgência do projeto do Deputado Paulo Furiatti. Da mesma forma, existe tramitando nesta Casa, uma emenda Constitucional de nº 38/87, de autoria do Poder Executivo, propondo a extinção da aposentadoria dos Governadores, estando em Regime de Urgência desde 10 de junho de 1987. Existe o Projeto de Lei nº 111/87, que regulamenta o uso de recursos públicos para a propaganda oficial e o de nº 176/87, que concede estabilidade aos servidores públicos celetistas. Está em Regime de Urgência de 25 de agosto e até agora não sei o que aconteceu. Tem um Projeto do Deputado José Alves, que institui o vale transporte para os servidores da administração direta que está em Regime de Urgência já há mais de um mês e até agora, nada. Enquanto que nós conhecemos muito bem o Regimento Interno desta Casa que viabiliza uma urgência em tramitação.

Portanto, são questões que nos preocupam e gostaria de sugerir que a mesa Executiva desta Casa levasse um pouco mais a sério os Projetos, tanto do Executivo quanto de todos os Parlamentares que compõem esta Casa de Leis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) - Gostaríamos de registrar a presença em Plenário do ilustre Deputado Constituinte, Tadeu Bento França, ex-Deputado Estadual e hoje Constituinte. Sua presença muito honra esta Casa.

Consultamos o PFL se fará uso do seu horário.

(Declina.)

Havendo declinado, consultamos o PDS.

Declina.

Havendo declinado, consultamos o PTB.

Declina.

Havendo declinado, consultamos o PL.

Com a palavra o Senhor Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Este não é um País sério.

Esta afirmação continua a ser cotejada, diariamente, no clima que vive a Nova República onde se confunde transição com transação, num verdadeiro deboche a um povo sofrido e sem esperança.

Agora mesmo repercute em Brasília a manifestação de um Deputado Federal paranaense, o ex-Prefeito de Curitiba, Maurício Fruet, Presidente Regional do PMDB, que põe às claras mais um absurdo com o qual convivemos e a Nova República ainda não teve coragem de acabar, mantendo privilégios revoltantes.

O objetivo parlamentar, junto à Constituinte é dar um prazo de 10 anos para que ocorra a transferência definitiva para Brasília de todos os órgãos federais que ainda funcionam no Rio de Janeiro com a sua administração direta. É claro que, tal pretensão vai esbarrar numa série de circunstâncias que estão gerando reações de cunho regionalista, obrigando o restante do País a garantir tal estrutura, que engorda o Poder Público e torna difícil realinhar o País no caminho da seriedade.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Tomo conhecimento, estarecido, como aliás ocorre com todo cidadão brasileiro consciente, dos dados que levantou o Senhor Maurício Fruet para basear a sua manifestação, por demais oportuna. Aliás atrasada até, tendo em vista que a política moral e de promessas da Nova República já deveriam há muito tempo ter colocado o dedo nesta ferida.

Passados 27 anos da transferência da Capital do País para Brasília, ainda funcionam no Rio de Janeiro, nada menos do que 189 órgãos da administração federal, onde trabalham - se este é o termo que pode ser usado - cerca de 200 mil funcionários, representando uma folha de pagamento mensal de Cz\$ 8,3 bilhões de cruzados.

Embutido nesta estrutura vem um dado mais estarecedor. O Governo Federal gasta anualmente com estes funcionários nada menos Cz\$ 3,3 bilhões de cruzados em passagens aéreas e diárias em Brasília. Isto, falando-se em valores de 4 meses atrás. A situação chega ao cúmulo de existirem diretores de empresas que despacham metade da semana no Rio de Janeiro e a outra metade em Brasília.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, pelos dados citados e pela intenção do Deputado Federal Maurício Fruet, do PMDB, temos que registrar a nossa solidariedade, fazendo votos para que absurdos deste tipo sejam definitivamente alijados da estrutura de um Governo que continua teimando em manter atrelados virocosos segmentos que



manam nas gordas tetas da República, às nossas custas, às custas do povo brasileiro, cada vez mais sofrido e desesperado.

A manutenção da administração direta federal no Rio de Janeiro, é a intenção de garantir à beira de Copacabana e da cidade Maravilhosa, privilégios condenáveis, mas que nunca as autoridades tiveram coragem de solucionar. Eliminam-se situações como estas e certamente o País respirará com mais fôlego, cumprindo seus compromissos de ordem econômica e social, com o povo e podemos até resgatar seus débitos com credores internacionais, que hoje nos sorriem irônicos, com a pecha de "caloteiros".

Oxalá a manifestação de um Deputado do PMDB, representante do nosso Estado, não se transforme apenas em instrumento de demagogia, nem carro-chefe para brigas internas, mas na solução e na esperança de quem cansado de engordar a República dos absurdos, quer ver o quanto antes este País, resgata a imagem de que não é sério.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Consultamos à Liderança do PMDB.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, por 8 minutos e 30 segundos.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Excelentíssima Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Gostaríamos de dizer que poucos não se acostumam a viver o momento de mudanças, principalmente no Estado do Paraná. Estes que assim procedem, desconhecem a palavra honestidade. Honestidade acima de tudo, não é somente o que se diz no setor financeiro. Honestidade envolve em caráter prioritário, a integridade a conduta e o comportamento de um cidadão. E nós defendemos, na tribuna desta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, aqueles que assumiram compromissos com a população de um Estado, compromissos estes firmados antes das eleições de 1986. Compromissos com programas de Governo não tem aqueles que vieram por acaso ao Parlamento ou ao Executivo.

Esses que vieram e que hoje preocupam aqueles que vieram por acaso, preocupam porque estão corrigindo, estão tomando posições que o povo do Paraná e o povo brasileiro esperam.

Talvez, ilustre Deputado Pedro Tonelli, Vossa Excelência usando de uma estratégia e até de uma amabilidade, Vossa Excelência enganou tantos e tantos inocentes no Sudoeste, pregando a Reforma Agrária, pregando uma série de demagogias e pela inocência e pureza daqueles homens humildes do campo, Vossa Excelência, os conven-

ceu a trazê-lo a este Parlamento.

E dado a isso, Vossa Excelência teria que ter acima de tudo a responsabilidade de representar os eleitores do seu Estado. Procurar trazer a este Parlamento aquilo que é de importância, aquilo que é de necessidade ao povo da sua região.

Não ficar neste Parlamento trazendo as inverdades, até as mentiras, porque a população do Estado do Paraná é muito consciente e sabe distinguir entre Vossa Excelência e o Secretário da Agricultura.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria de registrar e corrigir o nobre Deputado que está na tribuna, que quem se elegeu prometendo Reforma Agrária, e que está iludindo os inocentes é o PMDB, de José Richa, de Dirceu Manfrinato, e de tantos que estão aqui nesta Casa também.

Então eu gostaria de corrigir e que ficasse registrado que quem prometeu a Reforma Agrária, quem prometeu que ia resolver o mundo e o fundo para o Brasil e para o Paraná, foi o PMDB.

Muito obrigado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Gostaria que Vossa Excelência, Senhor Presidente descontasse estes minutos.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Serão descontados, Deputado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Corrigir ilustre Deputado, se assim Vossa Excelência deseja este vocabulário.

Eu não prometi a ninguém no Paraná, Reforma Agrária. Eu não enganei nenhum trabalhador, e não menti a nenhum lavrador e não me elegi às custas de demagogia e mentiras como Vossa Excelência.

Nós queremos no Paraná e no Brasil é a responsabilidade dividida entre os cidadãos, em todos os segmentos sociais.

Hoje, se alguém acusa a classe política de estar desacreditada, é exatamente por comportamentos como de Vossa Excelência e do ilustre Deputado Algaci Túlio.

Nós não sabemos as razões do que existe entre o Deputado Algaci Túlio e o Secretário Doutor Osmar Fernandes Dias, porque estas acusações vem de longo tempo, neste Plenário. O Deputado Algaci Túlio já chegou a dizer que o Secretário Osmar Dias atropelou uma criança, na Capital, aqui em Curitiba, e quando o próprio Secretário nem em Curitiba se encontrava.

Vossas Excelências, acima de tudo, esquecem que o Senhor Osmar Dias pegou uma empresa falida, a CAFE DO Paraná, que beneficiou apenas meia dúzia de gente, neste Estado, a qual se tornou invejável no Paraná e para o Brasil. Hoje, assume as ré-

deas da Secretaria da Agricultura, cobrando dos seus técnicos maior agilização no campo, todo apoio ao trabalhador, à agricultura do Paraná. E Vossas Excelências vêm tentar vender uma imagem que não é a real, talvez utilizando o Secretário da Agricultura, procurando estes artifícios, querendo com isso, atingir a grande figura do Governador do Paraná, Álvaro Dias. Talvez, Vossas Excelências devessem tentar buscar o passado da família Fernandes Dias, que eu conheço profundamente e que o Paraná também conhece e Vossas Excelências desconhecem. Procurem vêr o "curriculum" desta família.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Esta Presidência informa que o seu tempo está esgotado, concede-lhe um minuto para concluir.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu agradeço à Presidência este um minuto e vou cederlo a Vossa Excelência, Deputado Algaci Túlio, mesmo sabendo que ficarei sem defesa posteriormente.  
Muito obrigado.

O Sr. Algaci Túlio - Não ficará sem defesa, meu caro Deputado, pois que eu não vou acusá-lo de nada e não tenho porque acusar.

Apenas para esclarecer a Vossa Excelência que se me recorde bem, em momento algum eu devo ter falado que o Senhor Osmar Dias atropelou uma criança. E, se viesse a atropelar, em acidente, não iria atropelar por vontade de atropelar, seria uma notícia policial, porque acho que o Senhor Osmar Dias, Algaci Túlio, Dirceu Manfrinato, são pessoas iguais, não há nenhuma diferença entre um e outro. Então não há porquê não viesse a dar a notícia de que o Senhor Osmar Dias tivesse atropelado uma criança. E depois, Osmar Dias é um nome tão simples, que deve ter uma meia dúzia, dez, doze ou quinze, quem sabe até seja uma questão de homônimo, quem sabe, só que homônimo não cabe no caso da CAFE do Paraná.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, e talvez Vossa Excelência tenha tido muitos votos, também de nomes simples, como Osmar Dias. Agora, gostaria de dizer, Deputado, que o nome de todo cidadão brasileiro, para este Deputado, não é nome simples, é nome honrado que merece o respeito.

O Sr. Algaci Túlio - (Questão de Ordem) - Senhor Presidente, quando eu falei em nome simples de Osmar Dias, quis eu dizer que o Senhor Osmar Dias, Secretário da Agricultura, não é um nome intocável, que

existem tantos outros Osmar Dias e não apenas o Secretário da Agricultura.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A Mesa registra, com satisfação, a presença do Senhor Sílvio Cunha, do PDT, ex-Prefeito de Cornélio Procópio, e suplente de Deputado Estadual, honrando esta Casa com a sua presença como os demais visitantes à sessão de hoje.

Está encerrada a hora do expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei nº 172/87, de autoria do Deputado PIRAJÁ FERREIRA, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor TEOBALDO VITÓRIO MACHADO. Aprovado. (Publ. no DA. nº 85, de 18.08.87).

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 255/85, de autoria do Deputado MÁRIO PEREIRA, que declara de Utilidade Pública o Sindicato Rural de Cascavel, com sede e foro no Município de Cascavel. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 137/87, de autoria do Deputado PAULINO DELAZERI, que declara de Utilidade Pública a Associação Brasileira de Enfermagem - Seção do Paraná, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 212/87, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que denomina de Escola Estadual Maria Netta, a Escola Estadual Boa Vista II, localizada em Ribeirão Claro. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 213/87, de autoria da deputada AMÉLIA HRUSCHKA, que declara de Utilidade Pública a Creche Nossa Senhora de Fátima, com sede e foro na Cidade de Nova Cantu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 230/87, de autoria do Deputado HAROLDO FERREIRA, que declara de Utilidade Pública o Sindicato Rural de Renascença, com sede e foro no Município de Renascença. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 234/87, de autoria do Deputado PAULINO DELAZERI, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Conjunto Residencial Águila, com sede e foro em Pinhais, Município de Piraquara. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 63/87 (Mensagem n. 71/87 Ex-Proposição n. 69/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova o convênio celebrado em 14.06.87, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação e o Município de Cascavel, objetivando aplicação de recursos financeiros na implantação do Projeto "Pró-Criança". **Aprovado.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 64/87 (Mensagem n. 65/87 Ex-Proposição n. 64/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova o convênio celebrado, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e seu Departamento de Estradas de Rodagem, de um lado, e de outro lado, a Universidade de São Paulo, no interesse da Escola Politécnica da U.S.P. e seu Departamento de Engenharia de Transportes, objetivando estabilização de Solos Argilosos Lateríticos com Cal e Cimento. **Aprovado, artigo por artigo.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 250/87, de autoria do Deputado HOMERO OGUIDO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor TADASHI IN-GUE. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por

unanimidade. **Aprovado.** (Public. no DA. n. 109, de 05.10.87).

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 250/87

P A R E C E R:

Autor: Deputado Homero Oguido

Súmula: Concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Gervásio Tadashi Inoue.

O Projeto de Lei em tela, de autoria do Ilustre Deputado Homero Oguido, visa conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Gervásio Tadashi Inoue.

Analisando-se a matéria através de justificativa e documentação inseridas pelo autor, podemos observar que se trata de uma justa homenagem a quem sempre procurou engrandecer com seu trabalho a Agricultura não só do Paraná, mas de todo nosso País.

Chamada a opinar, esta Douta Comissão, verifica que o objeto da presente proposta encontra-se em condições de merecer a aprovação desta Augusta Casa de Leis, pois além de se tratar de uma personalidade de destaque no campo da agricultura, a medida preenche todos os requisitos estabelecidos pela Lei n. 5.638 de 13 de setembro de 1967, que em seu artigo 1º, itens I a IV dispõe sobre as Condições Essenciais para Concessão de Benemerência ou Cidadania Paranaense.

Nestas condições, o nosso Parecer é FAVORÁVEL à APROVAÇÃO do Projeto de Lei n. 250/87.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.10.87.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Renê Gomes Nápoli, ocorrido nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Rene Gomes Nápoli, ocorrido no dia 03 de novembro do corrente ano, nesta Capital. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Lourenço Giacomini, ocorrido no Município de Dois Vizinhos. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente, solicitando votação nominal

para todos os projetos constantes da Ordem do Dia de hoje. Retirado pelo Autor.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo envio de mensagem a esta Casa, reajustando os salários do funcionalismo público estadual. Em votação.

O SR. PEDRO TONELLI - Pela ordem, Senhor Presidente. Eu solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) A Mesa defere e irá proceder à verificação de

votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Pedro Tonelli, queiram levantar-se. Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

Oito Senhores Deputados rejeitam.

Quatro Senhores Deputados aprovam. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão. Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 05, às 10:00 horas, com a Ordem do Dia, anteriormente anunciada.

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária, para logo após, com a Ordem do Dia, também já anunciada.

Levanta-se a sessão.